



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA ATA DA REUNIÃO

DATA: 11 de novembro de 2005

LOCAL: Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro do Esporte.

HORÁRIO: 10 às 13 horas

PAUTA:

1. Apreciação e decisão sobre a Resolução *ad referendum* nº 06, de 19 de julho de 2005, aprovando a concessão de Bolsa-Atleta a atletas de modalidades esportivas não olímpicas e não paraolímpicas.
2. Apreciação e decisão sobre a nova lista de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva para o ano de 2006.
3. Apreciação e decisão sobre a proposta de criação no âmbito do CNE de uma Comissão de Esporte de Aventura, conforme solicitado pela comunidade de praticantes e gestores de esporte de aventura.
4. Apresentação da II Conferência Nacional do Esporte.
5. Apresentação das propostas de Políticas Setoriais do Esporte:
 - Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento, pelo Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, André Arantes.
 - Política Setorial de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, pelo Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, Lino Castellani Filho
 - Política Setorial de Esporte Educacional, pela Chefa de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Luciana Homrich Cecco
6. Decisão sobre as propostas de Políticas Setoriais apresentadas.

Conselheiros Presentes:

- Ministro de Estado do Esporte – **Agnelo Queiroz**
- Secretário Executivo do Ministério do Esporte – **Orlando Silva de Jesus**
- Secretário Nacional de Esporte Educacional – **Rafael de Aguiar Barbosa**
- Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento – **André Almeida Cunha Arantes**
- Secretário Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Lazer – **Lino Castellani Filho**
- Presidente da Comissão Nacional de Atletas – **Lars Schmidt Graef**
- Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer – **Ednilton Vasconcelos**
- Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer – **Júlio Filgueira**



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

- Representante dos Clubes Sociais - **Arialdo Boscolo**
- Presidente do Conselho Federal de Educação Física – **Jorge Steinhilber**
- Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – **Fernando Mascarenhas**
- Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – **Humberto Aparecido Panzetti**
- Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil – **José Paulo Chaves Lino**
- Representante da Confederação Brasileira de Futebol - **Fernando José Macieira Sarney**
- Representante do Desporto Nacional – **Carlos Miguel Aidar**
- Representante do Desporto Nacional – **Bernard Rajzman**
- Representante do Desporto Nacional – **Márcio Rezende de Freitas**

Justificaram ausência os Conselheiros:

- Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – **Carlos Arthur Nuzman**
- Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – **Vital Severino Neto**
- Representante do Desporto Nacional – **Eduardo Henrique De Rose**
- Representante do Desporto Nacional – **Rinaldo José Martorelli**
- Representante do Desporto Nacional – **José Carlos Brunoro**

Participantes:

- **Sílvio Diniz** – Consultor da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
- **Gianna Lepre Perim** – Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte
- Chefa de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, **Luciana Homrich Cecco**
- **Maristela Medeiros das Neves Gonçalves** – Coordenadora Geral de Excelência Esportiva da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte

Dando início a décima reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte – CNE, às dez horas e vinte minutos, do dia onze de novembro de dois mil e cinco, o Secretário Executivo do Ministério do Esporte, Orlando Silva de Jesus, deu as boas vindas a todos os presentes. Justificou o atraso do Ministro Agnelo Queiroz, em função de estar participando de outro evento e informou que logo o mesmo estaria presente assumindo a presidência da reunião. Em especial, cumprimentou o novo Conselheiro Fernando Mascarenhas, recém eleito presidente do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte - CBCE. O Conselheiro agradeceu e disse da satisfação de estar participando deste



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Conselho. Foram justificadas as ausências: dos Conselheiros Carlos Arthur Nuzman, Eduardo Henrique De Rose e Vital Severino Neto, todos em viagem ao exterior; e dos Conselheiros Rinaldo José Martorelli e José Carlos Brunoro, em função de questões pessoais. Passando a pauta prevista para a reunião, propôs o Secretário Orlando Silva a aprovação da mesma. O Conselheiro Júlio Filgueira argumentou que achava mais prudente que não fosse finalizada a aprovação das Políticas Setoriais nesta reunião, dando mais prazo para ampliar a discussão no segmento que representa. O Secretário propôs que a pauta fosse aprovada como proposta e que esta decisão ficasse para o momento em que o Ministro Agnelo Queiroz estivesse presente à reunião. Todos aceitaram. Passando para o item da pauta referente a Bolsa-Atleta o Secretário Executivo pediu ao Conselheiro André Arantes que explicasse o motivo da aprovação do Ministro Agnelo Queiroz, *ad referendum* do CNE, da concessão de bolsa-atleta para os atletas não olímpicos e não paraolímpicos, em dezenove de julho de dois mil e cinco. O Secretário justificou que a atitude de aprovação *ad referendum*, na data informada, se deu em face da necessidade de publicação de portaria ministerial com o nome dos atletas selecionados para o benefício. Explicou que a lei que instituiu a bolsa-atleta obriga que as indicações de atletas de esportes não olímpicos e não paraolímpicos seja submetida ao Conselho. O Conselheiro Márcio Rezende pediu que lhe fosse enviada informação sobre o processo de concessão de bolsa-atleta para o próximo ano, com o objetivo de ajudar na divulgação do programa. O Secretário Executivo achou a solicitação pertinente e sugeriu ao Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento que enviasse para todos os Conselheiros, incluindo a lista completa dos atletas beneficiados em dois mil e cinco. Pedida a aprovação da resolução de número seis, todos aprovaram. O Conselheiro Humberto Panzetti agradeceu a todos e na qualidade de presidente da entidade que representa os esporte não olímpicos e não paraolímpicos enfatizou a importância do segmento e os resultados que o benefício já vem trazendo para alguns esportes. Questionou, o conselheiro, se os atletas que já estão recebendo o benefício e conseguirem consolidar os resultados em dois mil e cinco, vão continuar a receber a bolsa. O Secretário André Arantes respondeu que sim, desde que continuem a atender todos os critérios técnicos previstos na legislação vigente. O Conselheiro Ednilton Vasconcelos perguntou sobre a decisão de concessão da bolsa-atleta a atletas de modalidades esportivas que têm mais de uma entidade de administração. Arantes respondeu que todos foram analisados com igualdade sob os critérios, não havendo escolha de entidades. O Secretário Orlando Silva sugeriu que numa próxima reunião do Conselho fosse incluída na pauta uma discussão mais aprofundada sobre os critérios de concessão do benefício. O Conselheiro Lars Graef questionou ao Secretário André Arantes se os nomes da lista aprovada *ad referendum* também tinham as indicações das entidades nacionais de administração daqueles esportes. O Secretário assegurou que sim, que todos os critérios estabelecidos foram cumpridos. Graef questionou ao Conselheiro Panzetti se ele confirmava que a lista aprovada continha os nomes de maior destaque naquelas modalidades. Panzetti confirmou que sim. O Conselheiro Lars Graef concluiu dando parabéns pela indicação e afirmando que está claramente demonstrado que os critérios hoje estabelecidos são adequados e eficazes. Passando ao próximo



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

assunto da pauta, o Secretário Orlando Silva pediu a aprovação da lista de medicamentos e métodos proibidos para o ano de dois mil e seis. Informou aos conselheiros que a lista proposta já havia sido aprovada pela Agência Mundial Antidoping – AMA e pela Comissão de Combate ao Doping deste Conselho. O Secretário Rafael Barbosa lembrou que no próximo mês acontecerá uma reunião da AMA em que o Ministro Agnelo estará presente e que, portanto, seria interessante que a lista fosse aprovada antes daquela reunião. O Conselheiro Ednilton Vasconcelos lembrou que de qualquer forma, os atletas que participam de competições de nível internacional já estão automaticamente sujeitos aquelas regras. O Secretário Lino Castellani questionou se as drogas sociais não deveriam estar fora da lista. O Conselheiro Lars Grael lembrou que além dos prejuízos para a saúde, as drogas sociais oferecem prejuízos a terceiros, durante as competições e ferem os aspectos éticos e morais pertinentes aos valores do esporte. Orlando Silva propôs a aprovação. Todos aprovaram. O Secretário Executivo propôs que numa próxima reunião seja colocada em pauta a discussão sobre o tema das drogas sociais para que o Conselheiro Eduardo Henrique De Rose, hoje ausente, pudesse fazer uma explanação mais aprofundada sobre o assunto. O Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz, chegou as onze horas e quinze minutos, cumprimentou a todos e solicitou que o Secretário Executivo continuasse a conduzir a pauta até o item referente às Políticas Setoriais de Esporte. O Secretário concordou plenamente e prosseguiu para o próximo item, Esporte de Aventura. Orlando Silva solicitou ao Secretário André Arantes que explanasse sobre os estudos e ações que vinham sendo desenvolvidos pela Secretaria sobre o tema. Explicou Arantes que já há vários anos o Ministério do Esporte vem acompanhando a organização dos esportes de aventura, radicais e ligados à natureza. Informou que a ação até hoje se limitou a apoiar o desenvolvimento, dando caminhos para que o segmento se desenvolvesse democraticamente. No entanto, a partir desse acompanhamento, entendeu o Ministério do Esporte - ME que chegou o momento adequado de começar a maior fundamentos técnicos, normativos e organizacional ao sistema, garantindo os direitos constitucionais de saúde, esporte e segurança, sem detrimento das atividades esportivas, comerciais e turísticas. Neste sentido, informou Arantes que a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento organizou no último dia vinte e cinco de agosto, na cidade de São Paulo, SP, uma reunião com todas as entidades nacionais de administração de esportes de aventura, radicais e ligados à natureza, por ocasião da *Adventure Sport Fair*, tradicional feira de esporte de aventura. A reunião contou com a participação dos Ministérios do Esporte, do Turismo e do Meio Ambiente; da Associação Nacional dos Gestores Municipais de Esporte e Lazer – ASMEL; do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF; de onze entidades que atenderam ao convite; e de duas consultoras com notório conhecimento do assunto. Como principal resultado da reunião, ficou o documento intitulado “Esporte de Aventura, Carta de São Paulo”, onde está expressa a solicitação da criação de uma Comissão de Esporte de Aventura no âmbito deste Conselho com o objetivo de *“discutir e propor ações que possibilitem a conceituação, normalização e legislação que estimule a organização e o desenvolvimento do esporte de aventura no País”*. De pronto o representante do CBCE, Fernando Mascarenhas, solicitou



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

que o Colégio fosse envolvido na discussão. O Secretário Lino Castellani afirmou seu entendimento de que o Ministério do Turismo esteja envolvido, vez que já deflagrou uma discussão junto ao segmento que atua. O Presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, concordou com o Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer e lembrou, inclusive, que nas discussões daquele segmento por vezes a atividades esportiva está sendo nomeada como turismo de aventura. O Conselheiro Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil, José Paulo Chaves Lino, também manifestou o desejo da CDMB estar participando da Comissão, lembrou que muitos desses esportes envolvem táticas dos treinamentos militares, como por exemplo, a Orientação. O Secretário Júlio Filgueira argumentou que talvez fosse interessante incluir no nome da Comissão Esportes Radicais. Já o conselheiro Mascarenhas, do CBCE, discordou, dizendo que os esportes radicais já estão muito organizados e que, portanto deveriam ser excluídos da Comissão. Interferiu o Secretário Orlando Silva na discussão, alertando os conselheiros que a própria divergência de opinião retratada no debate já confirma a legitimidade da reivindicação do segmento, propondo que se aprovasse a Comissão e que fosse dada prioridade na pauta da primeira reunião para a questão de conceituação. O Conselheiro Lino Castellani solicitou que a SNDEL fosse envolvida na Comissão em função do envolvimento de atividades ligadas ao lazer. Todos aprovaram. O Secretário Executivo, passando para o assunto da segunda Conferência Nacional do Esporte, a ser realizada no primeiro semestre de dois mil e seis, fez um breve relato dos resultados do primeiro Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, recém realizado, que contou com a participação de vários Conselheiros dos CNE. Lembrou que de acordo com o decreto que instituiu a Conferência Nacional do Esporte, sua periodicidade é bienal, portanto, para cumprir a legislação, ficou estabelecido que as etapas municipais e estaduais devem ocorrer até meados de março de dois mil e seis, seguidas da etapa nacional em maio. Ressaltou que o tema central será o Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Informou que o relatório do fórum será enviado à todos os membros do CNE tão logo seja finalizado. O Presidente Fernando Mascarenhas cumprimentou pela iniciativa sobre o protagonismo em relação ao Lazer no sistema, revelando sua preocupação com a “*esportização*” das práticas de lazer. Acrescentou que tem preocupação com a exigüidade de tempo para a realização das etapas municipais e estaduais da Conferência e colocou o CBCE a disposição para contribuir com os trabalhos das reuniões preparatórias. Para o secretário Júlio Filgueira indagou se o regulamento que está proposto seria objeto de aprovação do CNE. O Secretário Orlando Silva informou que não, trata-se de portaria ministerial, o que não impedia que os membros do CNE apresentassem sugestões. Disse Filgueira que reconhece a iniciativa do Ministro Agnelo Queiroz em convocar a Conferência, dando ênfase ao caráter sistêmico. Aproveitou para apresentar a sugestão de que na próxima Conferência fosse estudada a possibilidade de realizar os eventos subseqüentes em anos ímpares. Lembrou o secretário que os anos pares coincidem com os anos eleitorais, o que de certa forma dificulta a organização do evento em todos os níveis, do municipal ao nacional. Sugeriu, ainda, que o regulamento explicita que a presidência das conferências estaduais e municipais seja exercida pelos respectivos gestores governamentais. Ressaltou que considera importante que os gestores estaduais



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

apresentem critérios para eleição dos delegados que os representarão na etapa nacional até o dia vinte e cinco de novembro. Apresentou a proposta de alteração do calendário da Conferência, sendo que: a etapa municipal deveria ocorrer de primeiro de dezembro deste ano até cinco de março de dois mil e seis; já para a etapa estadual e do Distrito Federal, propôs que ocorra de seis de março até dois de abril de dois mil e seis. Informou que a ASMEL e a Confederação Brasileira de Clubes estão em entendimentos no sentido de ativar as discussões no âmbito municipal, tentando incluir nos debates roteiros e temas afetos aos municípios. Para atender a esta ação, está estudando meios de comunicação que ampliem a capacidade de participação dos municípios. O secretário Ednilton Vasconcelos lembrou que as regiões Norte e Nordeste têm uma situação diferenciada do restante do País e que diante de dificuldades de transporte e comunicação no ano de dois mil e quatro, durante os preparativos para a primeira Conferência, não foi realizada naquelas regiões a etapa municipal. Declarou que as regiões citadas enfrentam grandes dificuldades de mobilização e arregimentação dos municípios, principalmente, em curto espaço de tempo. Propôs Vasconcelos que se diminua a sistematização e aumente o prazo para os debates municipais. E reconheceu que é necessária a capacitação de agentes de mobilização. O professor Jorge Steinhilber parabenizou pela iniciativa, mas concordou com a preocupação quanto ao tempo. O Secretário Orlando Silva encaminhou então a seguinte proposta para aprovação: quanto ao calendário da segunda Conferência, aguardar as próximas reuniões da ASMEL e do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte, para fixar os prazos definitivos; quanto a alteração dos anos de realização das Conferências, propôs incluir na pauta da segunda Conferência; e, finalmente, quanto a capacitação de agentes de mobilização, se comprometeu em estudar a possibilidade. Todos aprovaram. O Ministro Agnelo Queiroz, assumindo a condução dos trabalhos, agradeceu ao Secretário Orlando Silva pela maestria demonstrada na aprovação de tão extensa pauta e aos Conselheiros pelas contribuições e confiança demonstradas. Cumprimentou o novo membro do CNE, Fernando Mascarenhas. Passando ao próximo e último assunto de pauta a ser discutido, salientou a importância de se aprovar as Políticas Setoriais de Esporte antes da segunda Conferência, ressaltou que elas são consequência da Política Nacional de Esporte aprovada na última reunião do CNE. Solicitou que fossem apresentadas as Políticas Setoriais pelos indicados em pauta, que o fizeram prontamente. Após as três explanações o conselheiro Ednilton Vasconcelos pediu a palavra e declarou que tem dificuldades de entender os Jogos Escolares e Universitários dentro do contexto do esporte de participação, disse que por sua experiência como professor de educação física, entende que as regras adotadas nos eventos denotam as características próprias do esporte de rendimento. O Ministro Agnelo respondeu ao conselheiro que cada dia mais está sendo adotada a visão de participação nos jogos. Justificou que a própria abertura a facilitação do processo de participação de todas unidades da federação nos jogos já dá força a este entendimento e, portanto, dirige o evento ao esporte educacional. Lembrou que no contexto do sistema escolar é que estão sendo executadas as seletivas municipais e estaduais. Informou que na última edição dos Jogos Escolares Sul-americanos, foi reforçada a idéia de garantir que a representação seja escolar e não de



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

seleções nacionais. Informou, ainda, que este foi o principal tema discutido na última reunião do Conselho Sul-americano de Desporto – CONSUDE. O Conselheiro Arialdo Boscolo corroborou com a idéia de aprovar as políticas setoriais nesta reunião, para que fosse possível uma próxima reunião do CNE antes da segunda Conferência, onde se apresentassem os Planos de Ação de cada área e linhas de financiamento. Lembrou Panzetti que a Lei Agnelo/Piva não resolveu o problema do esporte em geral e que falta discutir linhas de financiamentos para os esporte não olímpicos e não paraolímpicos. Questionou Steinhilber se caberia ao CNE aprovar políticas setoriais, se esta aprovação já não estaria implícita na aprovação da Política Nacional do Esporte. O presidente do CBCE declarou apoio à proposta da ASMEL de ser concedido mais prazo para estudo das políticas apresentadas e questionou com fica a participação das Instituições de Ensino Superior - IES na Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento. Salientou que enquanto a política do alto rendimento reclama maior participação das IES na prática esportiva para que haja aplicabilidade dos fundamentos científicos na atividade esportiva, a política de esporte educacional diz exatamente o contrário, configurando em seu entendimento, uma contradição. Sobre a questão de Talento Esportivo expressou sua opinião de ampliar a discussão, pois é de seu conhecimento que existem outros conceitos sobre o tema que não estão contemplados na política apresentada. Sobre o tópico de financiamento argumentou que vê como necessário focar mais na indústria do esporte e menos em renúncia fiscal. Disse ainda, Filgueira que percebe a falta de maior detalhes sobre as questões que envolvem o setor privado. Enfatizou que na parceria público-privado é necessário priorizar mais a ação privada não mercantilista, como por exemplo, as ações desenvolvidas nos clubes esportivos. O atleta Lars Graef declarou que no seu entendimento o CNE é o ambiente correto para a aprovação das políticas setoriais, que essa atitude demonstra o caráter democrático do Governo. Conclamou os membros do Conselho a referendar a Política Nacional do Esporte e zelar pelos seus desdobramentos. O Conselheiro Filgueira acrescentou que vê como necessária que a Política Nacional seja desdobrada para o âmbito estadual. E, ainda, solicitou que fosse efetuada uma uniformização de estrutura e linguagem nos documentos apresentados, sugerindo que espelhem, dentro do possível, a mesma estrutura da Política Nacional. Propôs o conselheiro que Financiamento, recursos humanos e controle social estejam contemplados no nível das políticas em debate, pelo menos como diretrizes que norteiem os temas. Em seu entendimento, declarou que as políticas setoriais poderiam avançar na limitação das três esferas de governo, sem encerrar o debate, mas dando linhas de atuação. Sobre a Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento reclamou a falta de explicitação do papel dos clubes sociais, que entende como tão fundamentais como as escolas para o esporte educacional. O Secretário Executivo, Orlando Silva, respondendo ao questionamento do presidente do CONFEF assegurou que é papel do CNE ser um ponto de enlace entre a comunidade e o Estado. E enfatizou que é necessário sintetizar os conceitos mínimos de forma democrática. Afirmando categoricamente que “o CNE é o espaço legítimo para essa discussão que ora se processa”. Respondendo ao questionamento do secretário Vasconcelos, ressaltou que a própria dúvida suscitada reforça o conceito esporte-escola. Entende Orlando Silva que a legislação esportiva



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

deverá se ajustar aos conceitos pela prática social real. E reforçou sua tese afirmando que a escola pode até ser parte da base do esporte de alto rendimento, ainda que em caráter extracurricular. Lembrou que o processo seletivo também atinge outras atividades desenvolvidas no ambiente escolar como música e teatro, que, no entanto não são questionados. O Ministro do Esporte ratificou a fala do Secretário Executivo concordando que é o CNE o espaço apropriado para a discussão sobre as políticas, ressaltando a importância de materializar os papéis, ampliar a base científica e teórica e consolidar isso ao longo dos anos. Lembrou que é exatamente este o tema da segunda Conferência, discutir o Sistema e ampliar o debate sobre os papéis. Sobre o esporte de rendimento determinou que sejam revisadas as nomenclaturas adotadas no texto da política setorial evitando termos seletivos que denotem qualquer tendência discriminatória. Finalmente, concordou o Ministro Agnelo em que o prazo para a aprovação das políticas setoriais seja revisto. Propôs que até o dia quinze de janeiro de dois mil e seis os Conselheiros enviem suas sugestões, para que possam ser consolidadas para a primeira reunião do CNE do ano vindouro a ser realizada na primeira quinzena de fevereiro. Todos concordaram. Agradecendo mais uma vez a presença e contribuição de todos com as resoluções aprovadas encerrou a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos.